

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL REI - CCO/ UFSJ

MEDICINA

**Prática de Integração Ensino,
Serviço e Comunidade I
(PIESC I)
+
Formação em Extensão I
(FE I)**

COORDENAÇÃO

Hygor Kleber Cabral Silva

PROFESSORES

Hygor Kleber Cabral Silva

Willian Bueno Alves (convidado)

ATIVIDADES

MEDICINA – CCO/ UFSJ

CALENDÁRIO – PIESC I e FE I

SEGUNDO SEMESTRE DE 2024

MÊS	DIA	HORÁRIO	TURMA	ATIVIDADE	LOCAL	RESPONSÁVEL
OUTUBRO	04 SEX	08:00 às 11:30	TODOS	AULA INAUGURAL DO PIESC I RECEPÇÃO “Explicando o PIESC I: questões de biossegurança e critérios de avaliação”	UFSJ 201-D	HYGOR
	10 QUI	8:00 às 11:30	TODOS	Atenção Primária à Saúde: o modelo da Estratégia de Saúde da Família e suas particularidades ESTUDO DIRIGIDO 1: Territorialização	UFSJ 201-D	HYGOR
		13:15 às 17:00	TODOS	ESTUDO DIRIGIDO 2: Abordagem Familiar e Comunitária ESTUDO DIRIGIDO 3: Atenção Domiciliar na APS	UFSJ 201-D	HYGOR
	17 QUI	8:00 às 11:30	TODOS	ESTUDO DIRIGIDO 4: Atores sociais e Educação Popular ESTUDO DIRIGIDO 5: Educação em Saúde	UFSJ 201-D	HYGOR
	17 QUI	13:15 às 18:00	TURMA 1	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	18 SEX	7:00 às 12:00	TURMA 2	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	24 QUI	7:00 às 12:00	TURMA 3	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	24 QUI	13:15 às 18:00	TURMA 1	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	25 SEX	7:00 às 12:00	TURMA 2	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	31 QUI	7:00 às 12:00	TURMA 3	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	31 QUI	13:15 às 18:00	TURMA 1	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	01 SEX	7:00 às 12:00	TURMA 2	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
NOVEMBRO	07 QUI	7:00 às 12:00	TURMA 3	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	07 QUI	13:15 às 18:00	TURMA 1	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	08 SEX	7:00 às 12:00	TURMA 2	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	14 QUI	7:00 às 12:00	TURMA 3	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	14 QUI	13:15 às 18:00	TURMA 1	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	21 QUI	7:00 às 12:00	TURMA 2	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	21	13:15 às	TURMA 3	Práticas na Unidade Básica de Saúde	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM

	QUI	18:00		(PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)		
	22 SEX	7:00 às 12:00	TODOS	Avaliação Formativa + Orientações sobre o Seminário	UFSJ 201-D	HYGOR
	28 QUI	7:00 às 12:00	TURMA 1	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	28 QUI	13:15 às 18:00	TURMA 2	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	29 SEX	7:00 às 12:00	TURMA 3	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
DEZEMBRO	05 QUI	7:00 às 12:00	TURMA 1	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	05 QUI	13:15 às 18:00	TURMA 2	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	06 SEX	7:00 às 12:00	TURMA 3	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	07 SAB	7:00 às 12:00	TODOS	Saúde na Praça – Educação em Saúde na Comunidade	LOCAL A DEFINIR	HYGOR / WILLIAM
	12 QUI	7:00 às 12:00	TURMA 1	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	12 QUI	13:15 às 18:00	TURMA 2	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	13 SEX	7:00 às 12:00	TURMA 3	Práticas na Unidade Básica de Saúde (PIESC + FORMAÇÃO EM EXTENSÃO)	ESF PORTO VELHO II	DR. WILLIAM
	19 QUI	13:15 às 18:00	TODOS	SEMINÁRIO: AGIR COMUNICATIVO / ENCERRAMENTO	UFSJ 201-D	HYGOR

ENDEREÇOS E CONTATOS DAS UNIDADES:

- ESF Porto Velho II

Rua Tomaz Gonzaga, 02, Bairro Porto Velho

Dr. William Bueno: (37) 98804-8629

PIESC I - Prática de Integração Ensino Serviço Comunidade I

Carga Horária: 30T - 22P = 52ha

Avaliações

- A proposta de avaliação das atitudes para o PIESC foi feita considerando o delineamento do perfil profissional do médico preconizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina (Resolução CNE/CES nº 4, de 7 de novembro de 2014):
- A falta em cada prática, representa 03 pontos perdidos.

DISTRIBUIÇÃO DE NOTAS:

A1	Apresentação final	Seminário (20 pontos oral e 5 pontos escrita)	25 pontos
A2	Prática na UBS	Avaliação prática – Prof. Hygor e Willian	50 pontos
A3	Vivências	Estudos dirigidos	25 pontos

CRITÉRIOS AVALIADOS

- 1. Apresentação:** respeito às normas de biossegurança (jaleco, sapatos fechados, crachá etc.).
- 2. Atitude:** comportamento condizente com a prática médica perante pacientes, colegas e professor.
- 3. Pontualidade:** estimula-se nos alunos esse bom hábito, frequentemente relegado ao segundo plano. Obedeceu, sem atraso significativo (menos de quinze minutos) aos compromissos de início da aula e combinação com pacientes. Permaneceu em prática durante todo o período (não saiu antes do término das atividades).
- 4. Teoria:** observação de embasamento teórico que o aluno traz para a atividade prática. Avalia-se também o desempenho nos estudos dirigidos.
- 5. Habilidade:** desempenho do aluno nas atividades práticas, interesse, participação e desenvoltura.

SEMINÁRIO DE VIVÊNCIAS – PIESC I

- A dinâmica será construída pelo grupo que estiver apresentando, com incentivo para participação de todos.
- Tema: vivências no PIESC I a partir de referenciais teóricos da Medicina de Família e Comunidade (MFC).
- Objetivo: analisar, a partir dos referenciais teóricos do PIESC, IC e Bases Psicossociais, três vivências no PIESC I.
- Metodologia: descrição de três experiências vivenciadas pelos grupos no primeiro período de medicina, nas ESF que atuaram. Com dados como: dias da atividade, proposta da atividade, habilidades, atitudes e conhecimentos adquiridos na perspectiva do grupo.
- Análise da experiência feita a partir de correlações com os referenciais do agir comunicativo (MFC).

FE I – Formação em Extensão I

Carga Horária: 36ha - Práticas

OBJETIVOS

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- Assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que

- os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- Dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes relacionadas com as áreas da saúde;
 - Estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
 - Enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, incluindo a educação continuada e à distância;
 - Inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentável como componentes da atividade extensionista;
 - Criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas de saúde voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para a companhia reavaliar a implantação delas.
 - Aplicar e consolidar na prática o conhecimento teórico adquirido no curso, por meio de ações envolvendo os serviços de saúde e a comunidade.

"A Profunda Relevância da Extensão Universitária na Formação do Médico: Uma Análise Substancial"

A extensão universitária, no contexto da formação médica em uma universidade pública, transcende sua definição superficial, manifestando-se como um elemento central na transformação de estudantes em profissionais conscientes e socialmente engajados. Este texto proporcionará uma análise aprofundada, fundamentada em contribuições acadêmicas, sobre os conceitos, modalidades, benefícios e a importância crucial da extensão universitária no contexto específico da medicina.

Definição e Características:

A definição de extensão universitária, conforme proposta por Sisson (2000), vai além da simples transferência de conhecimento, incorporando a ideia de um compromisso social, onde a academia e a comunidade estão interligadas em uma relação simbiótica. Essa perspectiva é crucial para entender as características intrínsecas da extensão, como a ação transformadora, conforme abordado por Paulo Freire (1996), e a aplicação prática do conhecimento, conceito explorado por Dewey (1916).

Modalidades de Extensão:

As diversas modalidades de extensão, como delineadas por Gelardi (2014), abrangem projetos sociais, atividades culturais e esportivas, e programas de saúde comunitária. Cada modalidade oferece oportunidades distintas para os estudantes aplicarem seus conhecimentos em contextos do mundo real. Por exemplo, projetos de saúde comunitária proporcionam uma plataforma para a integração de conhecimentos clínicos e a compreensão das determinantes sociais da saúde.

Benefícios para os Estudantes:

Os benefícios da participação em atividades de extensão, conforme destacado por Eyler

et al. (1997), vão além do desenvolvimento de habilidades práticas. A extensão contribui para o crescimento pessoal, proporcionando uma educação mais holística e uma compreensão aprofundada das questões sociais. Além disso, a integração das experiências de extensão no currículo acadêmico, como sugerido por Stanton et al. (2014), enriquece o perfil profissional dos estudantes.

Experiência Pessoal e Exemplos em Medicina:

Experiências pessoais, conforme compartilhadas por estudantes de medicina envolvidos em projetos de extensão, evidenciam os impactos profundos na percepção da profissão e no comprometimento com o bem-estar social. Exemplos práticos incluem projetos como o "Saúde nas Comunidades", onde estudantes de medicina realizam intervenções diretas em áreas carentes, contribuindo para a redução das disparidades de saúde.

Como se Envolver em Projetos de Extensão?

A participação efetiva em projetos de extensão, sugerem Astin et al. (2000), pode ser otimizada através de uma abordagem orientada pela instituição. Isso envolve a criação de estruturas que facilitem o envolvimento dos estudantes, como consultas regulares à coordenação de extensão, seleções transparentes de projetos e estímulo à criação de iniciativas próprias.

Desafios e Recompensas:

Os desafios inerentes à extensão universitária, como identificados por Stanton et al. (2015), incluem questões logísticas, financeiras e, muitas vezes, resistência institucional à mudança. No entanto, superar esses desafios resulta em recompensas substanciais, como apontado por Eyler et al. (1997), incluindo a formação de cidadãos mais conscientes e engajados, além de profissionais mais preparados para os desafios do campo da saúde.

Importância na Formação em Medicina em uma Universidade Pública:

A extensão universitária, no contexto da formação médica em uma universidade pública, destaca-se como um elemento estratégico na preparação de profissionais éticos e socialmente responsáveis. A abordagem proposta por Strober (2000) enfatiza que o engajamento em projetos de extensão proporciona aos estudantes a oportunidade de integrar teoria e prática, desenvolvendo habilidades cruciais para lidar com a complexidade e diversidade da prática médica contemporânea. A interação direta com a comunidade propicia uma compreensão mais profunda das questões sociais e de saúde, capacitando os futuros médicos a atuarem como agentes de mudança positiva em ambientes diversos.

Em síntese, a extensão universitária na formação médica em uma universidade pública não apenas enriquece a experiência acadêmica, mas também se revela como uma estratégia eficaz para moldar médicos que transcendem o conhecimento técnico, tornando-se profissionais comprometidos, éticos e capacitados para enfrentar os desafios complexos e multifacetados da prática médica.

Legislação Nacional Brasileira sobre Extensão Universitária:

No contexto brasileiro, a importância da extensão universitária está respaldada por uma

sólida base legal, refletindo o compromisso do sistema educacional com a formação integral e a contribuição efetiva para a sociedade. Diversos instrumentos normativos destacam a relevância da extensão, oferecendo diretrizes e regulamentações para a sua implementação.

Lei nº 9.394/96 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

A LDB, promulgada em 1996, representa a principal legislação educacional no Brasil. Em seu artigo 43, reconhece a extensão como um dos objetivos das universidades, destacando sua função de integrar ensino e pesquisa com as demandas da sociedade.

Lei nº 11.892/08 - Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica:

Esta lei, estabelecida em 2008, institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Resalta a importância da extensão na formação integral dos estudantes, consolidando-a como um dos pilares fundamentais para o desenvolvimento acadêmico e social.

Decreto nº 9.235/17 - Regulamentação da Carga Horária de Atividades de Extensão:

Em 2017, o Decreto nº 9.235 regulamentou o artigo 80 da LDB, especificamente tratando da carga horária destinada às atividades de extensão nos cursos de graduação. Esse decreto visa fortalecer a presença da extensão no currículo, reconhecendo-a como componente essencial para o desenvolvimento acadêmico dos estudantes.

Portaria MEC nº 1.170/14 - Normas para Atividades Complementares:

Datada de 2014, essa portaria estabelece normas para o funcionamento das atividades complementares, incluindo as de extensão. Ela delinea critérios e diretrizes que as instituições de ensino devem seguir ao integrar a extensão nos currículos dos cursos de graduação.

A convergência desses dispositivos legais reforça o compromisso do sistema educacional brasileiro com a promoção da extensão universitária como um pilar essencial na formação dos estudantes. Essas normativas não apenas reconhecem a importância da extensão, mas também buscam assegurar a sua efetiva implementação nas instituições de ensino superior em todo o país.

Conclusão:

A legislação brasileira sobre extensão universitária, aliada às reflexões teóricas e práticas apresentadas neste texto, destaca a relevância incontestável dessa modalidade educacional na formação médica. Ao integrar o conhecimento teórico com a aplicação prática, a extensão não apenas enriquece a experiência acadêmica, mas também promove profissionais da saúde mais conscientes, éticos e engajados com as necessidades da sociedade. Essa abordagem, respaldada pela legislação nacional, consolida a extensão universitária como um componente vital na formação de médicos em universidades públicas brasileiras.

A formação médica no contexto da extensão universitária é um campo dinâmico e multifacetado, enriquecido por diversas contribuições acadêmicas que proporcionam perspectivas fundamentais sobre o tema. A "Política Nacional de Extensão Universitária" (2012), elaborada pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX), estabelece diretrizes cruciais para a prática de extensão, sublinhando sua importância na integração entre ensino, pesquisa e comunidade. Essa política ressalta a necessidade de uma abordagem

transformadora e socialmente responsável na formação dos estudantes, destacando a extensão como um componente essencial para a construção de profissionais conscientes e engajados.

As reflexões de Moacir Gadotti, apresentadas em "Extensão Universitária: Para Quê" (2017), oferecem uma perspectiva crítica sobre o propósito da extensão. Gadotti destaca o papel essencial da extensão na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, instigando a necessidade de uma extensão comprometida com a transformação social e o desenvolvimento humano.

O trabalho de Biscarde, Pereira-Santos e Silva (2014), intitulado "Formação em Saúde, Extensão Universitária e Sistema Único de Saúde (SUS): Conexões Necessárias entre Conhecimento e Intervenção Centradas na Realidade e Repercussões no Processo Formativo", aprofunda a compreensão das interações entre a formação em saúde, a extensão universitária e o SUS. Destaca a necessidade de uma conexão sólida entre conhecimento teórico e prático, centrada na realidade social, para formar profissionais de saúde alinhados com as demandas da sociedade.

O documento "Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: Uma Visão da Extensão" (2006), produzido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, aborda a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, sublinhando a importância da flexibilização curricular para uma integração efetiva dessas dimensões na formação acadêmica.

A pesquisa de González e Almeida (2010), intitulada "Movimentos de Mudança na Formação em Saúde: Da Medicina Comunitária às Diretrizes Curriculares", oferece uma análise da evolução necessária na formação médica para atender às demandas de uma sociedade em constante transformação.

Imperatore e Pedde (2015) exploram a "Curricularização da Extensão Universitária no Brasil: Questões Estruturais e Conjunturais de uma Política Pública". Este artigo discute os desafios e potenciais da curricularização da extensão, proporcionando uma visão crítica sobre essa política pública.

Essas referências não apenas enriquecem o debate sobre a integração da extensão nos currículos acadêmicos da medicina, mas também destacam a relevância crucial dessa prática na formação de profissionais éticos, conscientes e socialmente responsáveis. Ao adotar uma abordagem interdisciplinar e centrada na realidade, a extensão universitária emerge como um elemento vital na construção de uma saúde mais justa e acessível para toda a sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GUSSO, G; LOPES, JMC; DIAS, LC. Tratado de Medicina de Família e Comunidade: Princípios, Formação e Prática. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. 2432 p. BRUCE, DW;

SCHMIDT, MI; GIUGLIANI, ERJ. Medicina ambulatorial: condutas de atenção primária baseadas em evidências. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2013. Goldman L, Ausiello D. Cecil Medicina. Elsevier Editora Ltda. 23ª Edição, 2009.

FORPROEX. Política Nacional de Extensão Universitária (2012). Disponível em: <https://www.ufmg.br/proex/renex/images/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-deExtensao.pdf>.

GADOTTI, Moacir. Extensão universitária: para quê. Instituto Paulo Freire, v. 15, 2017.
DEUS, Sandra de. Extensão universitária: trajetórias e desafios / Sandra de Deus. – Santa Maria, RS : Ed. PRE-UFSM, 2020. 96 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FREEMAN, TR. Manual de medicina de família e comunidade. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2018. MCWHINNEV, I R;

FREEMAN, T. Manual de Medicina de Família e Comunidade. 3º Ed. Artmed, 2009.

STEWART, M. et al. Medicina centrada na pessoa: transformando o método clínico. 3. ed. Porto alegre: Artmed, 2017.

STARFIELD, Barbara. Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. In: Atenção primária: equilíbrio entre necessidades de saúde, serviços e tecnologia. Brasil, 2004. BRASIL. Portaria nº 399, de 22 de fevereiro de 2006. Pacto pela Saúde, 2006.

BUSS, Paulo Marchiori; PELLEGRINI FILHO, Alberto. A saúde e seus determinantes sociais. Physis: revista de saúde coletiva, v. 17, p. 77-93, 2007.

GONDIM, Grácia Maria de Miranda et al. O território da saúde: a organização do sistema de saúde e a territorialização. Território, ambiente e saúde. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 237 255, 2008.

SANTOS, Alexandre Lima; RIGOTTO, Raquel Maria. Território e territorialização: incorporando as relações produção, trabalho, ambiente e saúde na atenção básica à saúde. Trabalho, educação e saúde, v. 8, n. 3, p. 387-406, 2010.

COELHO FLG, Savassi LCM. Aplicação de Escala de Risco Familiar como instrumento de priorização das Visitas Domiciliares. Rev Bras Med Fam Comunidade. 2004;1(2):19-26. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Assistência à Saúde. Coordenação de Saúde da Comunidade. Saúde da Família: uma estratégia para a reorientação do modelo assistencial. Brasília: Ministério da Saúde; 1997.

SAVASSI, Leonardo Cançado Monteiro. Os atuais desafios da Atenção Domiciliar na Atenção Primária à Saúde: uma análise na perspectiva do Sistema Único de Saúde. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 11, n. 38, p. 1-12, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria GM/MS nº 1.886, de 18 de dezembro de 1997. Aprova normas e diretrizes do Programa de Agentes Comunitários de Saúde e do Programa de Saúde da Família. Diário Oficial da União 247, de 22 dez. Brasília: Ministério da Saúde; 1997. p.11-13.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria 825/2016. Redefine a atenção domiciliar no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e atualiza as equipes habilitadas. Diário Oficial da União 78, de 26 abr. Brasília: Ministério da Saúde; 2016. p.33-8.

BRANTE, Anne Raissa Souza Dias et al. Abordagem Familiar: aplicação de ferramentas a uma família do município de Montes Claros/MG. Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade, v. 11, n. 38, p. 1-9, 2016.

ROLIM, Leonardo Barbosa et al. Participação popular e o controle social como diretriz do SUS: uma revisão narrativa. Saúde em debate, v. 37, p. 139-147, 2013.

DINIZ, Maria Cecília P.; FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves and SCHALL, Virgínia Torres. Hortênsia de Hollanda: a arte da educação em saúde para prevenção e controle das endemias no Brasil. Hist. cienc. saude-Manguinhos [online]. 2009, vol.16, n.2, pp.533-548.

GLANZ, Karen; RIMER, Barbara K.; VISWANATH, Kasisomayajula (Ed.). Health behavior: Theory, research, and practice. John Wiley & Sons, 2015.

FURTADO, O.; BOCK, A.M.B; TEIXEIRA, M.L. Psicologias: uma introdução ao estudo de Psicologia. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

HELMAN, C.G. Cultura, saúde e doença. 4. ed. Porto Alegre: ArtMed, 2003.

ACOSTA, A.R.; VITALE, M.A.F. Família, redes, laços e políticas públicas. São Paulo: IEE/PUC-SP, 2005.

ABREU, C. (et.al.) Síndromes Psiquiátricas e entrevista para profissionais de saúde. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ADORNO, T.W. Educação e emancipação. São Paulo: Paz & Terra, 1995.

ÁLVARO, J.L.; GARRIDO, A. Psicologia social: perspectivas sociológicas e psicológicas. São Paulo: Mcgraw Hill, 2007.

ANJOS, L.A. Obesidade e saúde pública. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

BERGER, P.L.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. Petrópolis: Vozes, 1987.

BORDENAVE, J. D; PEREIRA, A. M. Estratégias de ensino-aprendizagem. 28. ed. Petrópolis, RJ. Vozes, 2007.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Guia de vigilância epidemiológica / Fundação Nacional de Saúde. 5. ed. Brasília: FUNASA, 2007.

FONSECA, A.F. (Org.) Território e o processo saúde-doença. Rio de Janeiro: EPSJV, 2007.

FONTINELE, J. K. Ética e bioética em enfermagem. 2 ed. Goiânia: AB, 2007 FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. Porto Alegre, Ed. Artes Médicas, 2000.

JACÓ-VILELA, A.M.; FERREIRA, A.A.L.; PORTUGAL, F.T. (Org.). História da psicologia: rumos e percursos. Rio de Janeiro: Nau, 2006.

LANE, S. T. M.; CODO, W. Psicologia social: o homem em movimento. 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 2001.

LANE, S.T. M. O que é Psicologia Social. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986. (Primeiros

passos, 39).

OGUISSO, T; ZOBOLI, E. L. C.P. Ética e bioética: desafios para a enfermagem e a saúde. Barueri, SP: Manole, 2006.

PEREIRA, I.B.; RAMOS, M.N. Educação Profissional em Saúde. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.

RIBEIRO, M.S. (Org.) Ferramentas para descomplicar a atenção básica em saúde mental. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2007.

ROSENFELD, S. (Org.) Fundamentos de Vigilância sanitária. Ed. FIOCRUZ: RJ. 2000. 304p.

WILKEN, P.R.C. Política de Saúde no Brasil: O SUS – uma realidade em construção. Rio de Janeiro: HP Comunicação Associados. 2005. 208 p.